

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília

Class.: Terra / Demarcação

Data: 7 de Março de 1984

Pg.: 98

## Até índios dependem da reforma agrária

Kátia Aguiar

"A reforma agrária para os povos indígenas é questão de sobrevivência, pois somente com a mudança da estrutura fundiária no País chegarão ao fim as agressões e roubos contra o que para eles é vida: a terra. Para os índios, a terra é fonte de subsistência, base de organização social, espaço vital, mãe, amiga, companheira e referência de valores culturais e religiosos". Assim se manifesta o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em documento divulgado esta semana em que defende uma total alteração no sistema fundiário nacional como forma de preservação dos silvícolas.

A reforma agrária, questão que apasiona alguns, aborrece muitos e serve como tema de músicas, e até motiva revoluções, vem sendo tratada, em nosso País, com uma cautela exagerada por parte das autoridades responsáveis, que apesar de terem uma lei para esse fim (4.504, de 30 de novembro de 1964) promulgada no Governo Castelo Branco, portanto após o golpe militar de março, nunca foi levada a termo. Aliás, insistentemente, o Governo evita usar a terminologia de reforma, preferindo a da "regularização fundiária", o que denota o seu pudor em tornar as providências previstas na lei. Aliás esta lei, como outras, foi feita sem a participação das pessoas mais interessadas na questão: quem trabalha e vive da terra.

— Um dos esteios do chamado "modelo econômico" implantado no País depois de 1964 e, sobretudo, depois de 1968, quando começou a crescer a dívida externa, tem sido a grande propriedade territorial voltada para a exportação. A grande propriedade, que já se sabia um aliado precioso do autoritarismo político mostrou-se um suporte econômico fundamental à implantação de uma política — elaborada e implantada sem qualquer participação dos trabalhadores — de favorecimento irrestrito ao grande capital, diz documento da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

### Início

A questão da divisão da terra neste País teve início com a

chegada de Pedro Álvares Cabral, a 22 de abril de 1500, em Porto Seguro, na Bahia. Teve início nesse dia, também, a dizimação dos verdadeiros proprietários deste imenso latifúndio que é o Brasil: os índios.

Passados muitos anos, "no dia de São José, de 1964, mulheres de boa família, acompanhadas de seus maridos, filhos e domésticas, saíram às ruas de São Paulo para realizar a Marcha da Família, com Deus pela Liberdade. Pediam a intervenção das Forças Armadas no processo político e a derrubada do Governo institucional do presidente João Goulart. Mostravam-se alarmadas com o avanço das pressões populares em favor das reformas de base, que incluíam um item cujo combate as motivava de modo especial: a reforma agrária". Quem conta é José de Souza Martins, da Universidade de São Paulo, em seu estudo sobre "O Estado e a Militarização da Questão Agrária na Amazônia", em publicação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), organismo da Igreja.

— E que a marcha fora organizada na Sociedade Rural Brasileira, velha entidade que aglutinava os grandes e tradicionais fazendeiros paulistas, principalmente os fazendeiros do café, de certo modo aliados do poder desde a Revolução de 1930, esclarece o membro da CPT.

Ele lembra que a marcha foi, de fato, articulada por membros do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, entidade dirigida por um estado-maior civil-militar, envolvendo membros da Associação Comercial, Federação das Indústrias, Federação das Associações Rurais e do Clube dos Diretores Lojistas.

### Verdadeiros motivos

Por trás da invocação da família, de Deus e da liberdade, escondiam-se interesses bem materiais e terrenos, que eram os dos grandes proprietários de terras, negociantes, banqueiros e industriais, brasileiros e estrangeiros — prossegue José de Souza Martins, dizendo, ainda, que "esses interesses pareciam seriamente ameaçados, não obstante o próprio Presidente da República fosse um grande latifundiário".

João Goulart, em histórico pronunciamento feito durante o

Comício da Central, numa sexta-feira, 13 de março, assinou um decreto em favor das reformas de base declarando "de interesse social para fins de desapropriação, as áreas rurais que la-deavam rodovias federais, ferrovias nacionais e terras beneficiadas por obras da União e que estivessem inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade", que foi publicado no Diário Oficial da União, no dia que antecedeu a marcha, recorda José de Souza Martins.

De acordo com ele, o decreto foi apenas o estopim para o golpe militar pois, na verdade, "ele não alcançava os grandes fazendeiros, mas tão-somente os proprietários de terras, grandes e pequenos, interessados principalmente na especulação imobiliária". E que estava aberta a porta para a reforma agrária, e o desagrado dos fazendeiros com o Governo de então vinha de longa data. Dois anos antes o Congresso Nacional aprovava a Lei que definia os casos de desapropriação por interesse social, regulamentando o artigo 147 da Constituição de 1946, diz o estudo da CPT e demonstrando que em abril de 1963 o Governo Federal decretou as primeiras desapropriações no Rio de Janeiro, seguindo-se outras em Goiás, Minas Gerais e no Nordeste.

Tudo ficou como antes quando veio o golpe e a esperança de muitos trabalhadores, de terem suas terras, foi sendo adiada. Mas, a esperança voltou quando Castelo Branco criou o Estatuto da Terra, que apesar de não atender a todos os anseios dos que a tornam produtiva, e até tirar-lhes alguns benefícios já alcançados, permitia que se fizesse a reforma agrária, e todos pensavam: melhor esta do que nenhuma, vamos alterando-a para melhor aos poucos.

Vinte anos se passaram e... nada. Nem a que foi prevista pelo Estatuto da Terra se concretizou. Muitos organismos foram criados, muito se falou e até um Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários foi criado, mas a cada dia se avolumam os conflitos entre trabalhadores e grileiros, entre índios e posseiros, ou entre índios e fazendeiros ou supostos fazendeiros.